



WORLD BANK GROUP

THE WORLD BANK
IBRD • IDA

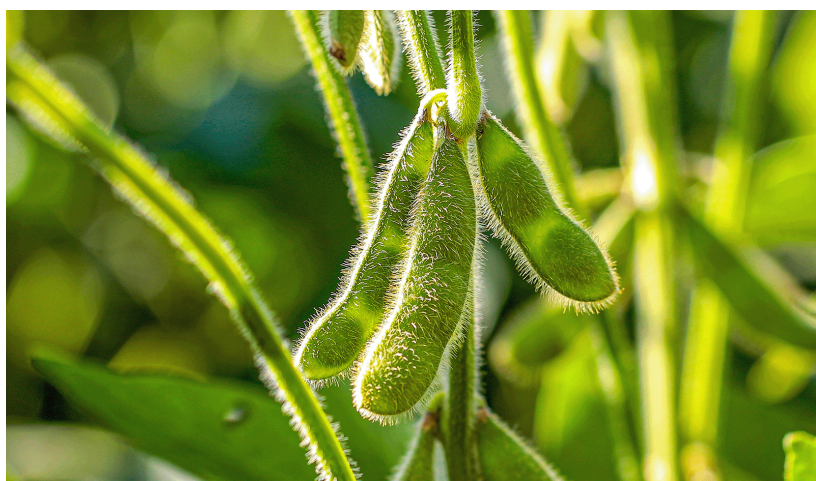
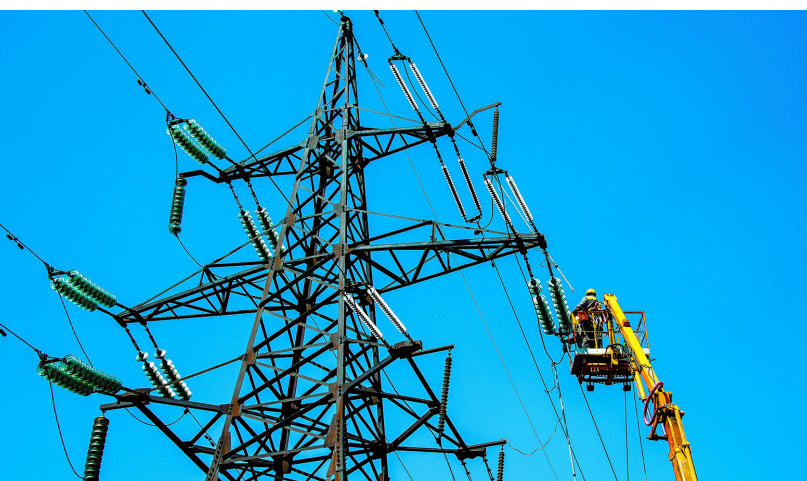
IFC
International
Finance Corporation

MIGA
Multilateral Investment
Guarantee Agency

Angola:

Diagnóstico do Sector Privado do País

SUMÁRIO EXECUTIVO



SETEMBRO DE 2026

Sobre o Diagnóstico do Sector Privado do País

O sector privado é o motor do crescimento económico a longo prazo e um catalisador vital para o desenvolvimento social e económico global. Quando funciona bem, o sector privado promove a inovação e o empreendedorismo, melhora o acesso às oportunidades económicas e a sua qualidade, e apoia a utilização sustentável dos recursos naturais. Nas economias em desenvolvimento, o sector privado cria a maioria dos empregos, gera receitas fiscais e é responsável por uma parcela significativa do investimento. Os relatórios do Diagnóstico do Sector Privado do País (DSPP) procuram desbloquear o investimento privado e a criação de empregos por meio de medidas de política. Preparado conjuntamente pelas instituições do Grupo Banco Mundial, cada relatório apresenta uma análise de sectores específicos da economia nos quais o investimento do sector privado poderia acelerar o crescimento, caso sejam abordadas as questões políticas e regulatórias relevantes. Concebida a partir da perspectiva de um investidor ou empreendedor, esta nova geração de relatórios procura identificar oportunidades inexploradas de investimento privado e as barreiras que as impedem (os relatórios anteriores podem ser encontrados [aqui](#)). Os subsectores da economia são escolhidos com base no seu potencial para impulsionar o investimento privado, criar mais e melhores empregos, gerar receitas internas e promover um crescimento sustentável e inclusivo em resposta a medidas de política direccionadas. O relatório tem como objectivo ajudar os decisores políticos a priorizar acções de maior impacto que possam ser tomadas no curto prazo para remover desincentivos ao investimento privado, ao mesmo tempo que contribuem para objectivos de desenvolvimento mais amplos.

O Diagnóstico do Sector Privado do País é um diagnóstico central do Grupo Banco Mundial, produzido para orientar a concepção e a implementação de estratégias nacionais, projectos de investimento público e privado, operações de apoio orçamental, serviços de consultoria e outros trabalhos analíticos. Destina-se a investidores empresariais nacionais e estrangeiros, decisores governamentais, funcionários e gestores do Grupo Banco Mundial, à sociedade civil e a outros parceiros de desenvolvimento. Os DSPPs constituem um instrumento central da agenda de emprego do Grupo Banco Mundial, conforme articulado no Documento do Comité de Desenvolvimento (CD) de 2025 sobre Emprego: O Caminho para a Prosperidade, que enfatiza a necessidade de traduzir o desenvolvimento do sector privado em oportunidades de emprego em larga escala. Ao fornecer diagnósticos específicos por país e por sector, os DSPPs ajudam a identificar barreiras sistémicas ao investimento privado que são críticas para a criação de emprego. Estão alinhados com a abordagem ao desenvolvimento do sector privado e à criação de emprego delineada pelo Comité de Desenvolvimento, que visa estabelecer condições básicas para a criação de empregos através do investimento em capital humano e infraestruturas, do apoio a políticas favoráveis ao ambiente de negócios e da mobilização de capital privado em larga escala para expandir a capacidade das empresas de criar mais e melhores empregos.

Angola:

Diagnóstico do Sector Privado do País

SUMÁRIO EXECUTIVO



SETEMBRO DE 2026



WORLD BANK GROUP

THE WORLD BANK
IBRD • IDA

IFC

International
Finance Corporation

MIGA

Multilateral Investment
Guarantee Agency

Agradecimentos

Este Diagnóstico do Setor Privado do País foi elaborado por uma equipe de funcionários e consultores do Grupo Banco Mundial, liderada por Marcos Vaena e Sunita Varada. A equipe incluiu Elsa Nabenge Shichilenge, Mila Malavoloneque, Ondrej Schneider, Pilar Salgado Otonel, Sudha Bala Krishnan, Alejandro Rueda-Sanz, Nathan Rohat Ergonul, Nuno Alexandre Guerreiro Pedro e João Alberto Oliveira Das Dores Guerreiro. Adama Badji e Neusa Monteiro dos Santos prestaram apoio administrativo. A equipe ampliada incluiu Ganesh Rasagam, Stephan Dreyhaupt, Vasco Nunes, Michelle Gomes Souto, Stefan Ott, Carina Coimbra Costa, Marcelino Mouammar Jose Ferreira, Leonardo Kilele Tshama, Luisa Texeira De Melo De C Felino, Olena Koltko, Natsuko Toba, Persephone Economou e Henriques Cabula. Hilary Johnson e Scott Wenger prestaram apoio editorial.

A equipe agradece os comentários e as orientações de Roland Yameogo, Juan Carlos Alvarez, Yosuke Kotsuji, Ayobambo Salami e Marcel Bruhwiler.

A equipe agradece também as orientações de Paolo Mauro, Albert Zeufack, Claudia Conceição, Jeffrey Chelsky, Paramita Dasgupta e Consolate Rusagara.

Os revisores por pares em diferentes etapas da elaboração do Diagnóstico foram Zenaida Hernández, Benedicte Baduel, Luciana Harrington, Denny Mahalia Lewis-Bynoe, Hope Pachena, R. Balaji, Samuel Oguah, Izabela Leão, Denis Medvedev e Zeinab Partow.

A equipe agradece especialmente aos representantes do governo e do setor privado, aos parceiros de desenvolvimento e a outras partes interessadas que forneceram dados e contribuições valiosas para a elaboração deste relatório.

Sumário Executivo

Angola encontra-se numa encruzilhada crítica, em transição de um crescimento dependente do petróleo para uma economia diversificada e liderada pelo sector privado. Embora os hidrocarbonetos ainda dominem — representando 95% das exportações e mais de 60% das receitas do governo em 2024 — o declínio da produção petrolífera e a redução do investimento estrangeiro nas actividades extractivas expuseram os limites desse modelo. Desde 2017, o Governo tem vindo a implementar reformas fiscais e estruturais, incluindo a reestruturação das empresas públicas e a adopção de novas leis de investimento, com vista a restaurar a estabilidade e permitir a diversificação.

Os recentes esforços de Angola para diversificar a sua economia criaram oportunidades substanciais para o investimento do sector privado. O país dispõe de abundantes terras aráveis e recursos hídricos, de um potencial significativo de gás natural e de energias renováveis, de uma força de trabalho jovem, de uma das populações mais urbanizadas da África Subsariana e de acesso estratégico aos mercados regionais através do Corredor do Lobito e do Acordo de Comércio Livre Continental Africano (AfCFTA). O desafio que se coloca é canalizar o capital e os recursos naturais de Angola para sectores não petrolíferos, a fim de construir cadeias de valor integradas que respondam à crescente procura interna e regional por alimentos, energia e bens industriais.

Atrair investimento privado pode contribuir para a transformação estrutural da economia, afastando-a da sua forte dependência da extracção de hidrocarbonetos. O investimento directo estrangeiro nas actividades extractivas tem vindo a diminuir desde 2017, desencorajado por uma burocracia complexa e pela aplicação inconsistente da regulamentação. O sector privado é dominado por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com baixa capacidade produtiva e acesso limitado a capital, competências e mercados. O emprego continua a ser predominantemente informal.

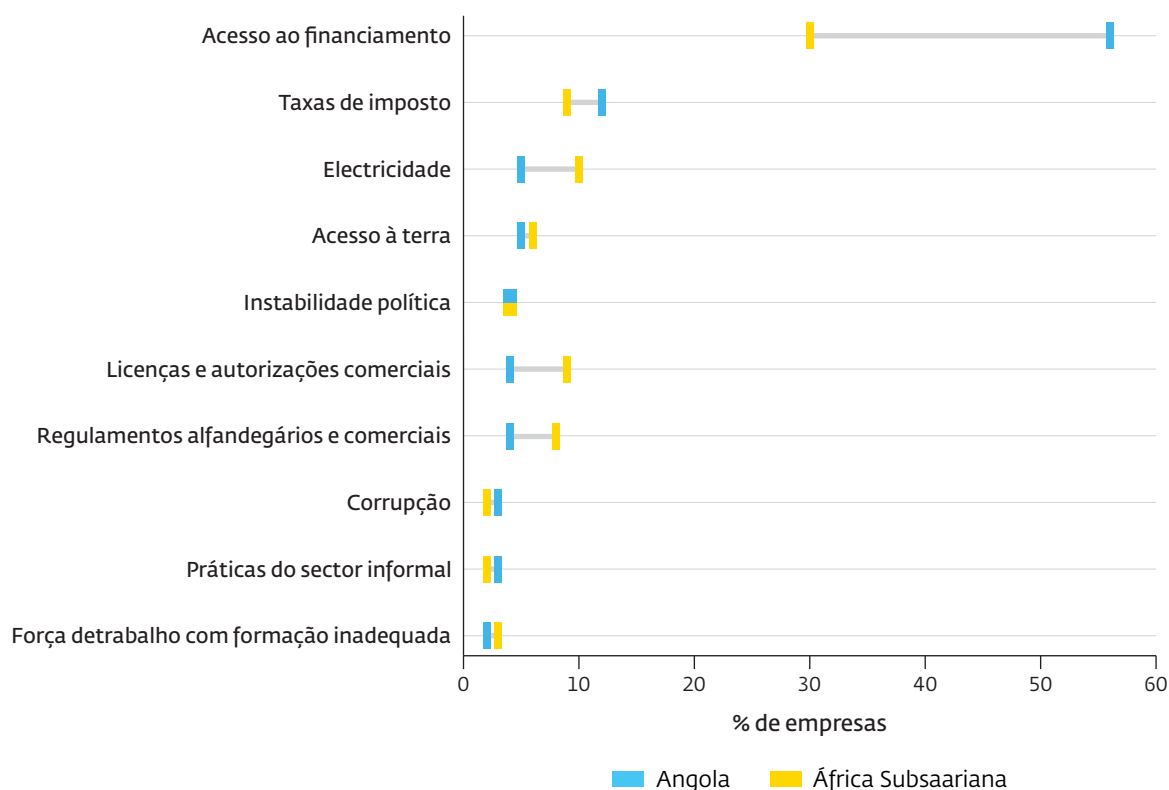
O sector privado angolano enfrenta obstáculos significativos. O actual contexto macroeconómico é marcado por elevada desigualdade e por uma alta taxa de pobreza, bem como por um declínio acentuado do PIB per capita desde o seu pico em 2014. O sector privado enfrenta profundos desafios estruturais que limitam o crescimento e desencorajam o investimento, apesar dos esforços de política contínuos. No Inquérito às Empresas de 2024, mais de metade das empresas dos sectores da indústria transformadora, do retalho e dos serviços consideraram o financiamento inacessível e limitado como a sua principal

preocupação, seguido dos impostos, do fornecimento pouco fiável de energia eléctrica e do acesso à terra (Figura ES.1). O sector bancário continua subdesenvolvido, com empréstimos ao sector privado a representarem apenas 7,4% do PIB. As empresas estatais dominam sectores estratégicos, embora as reformas visem reduzir essa predominância e reposicionar o Estado como facilitador da iniciativa privada. O Governo lançou uma segunda fase de privatizações em 2023, visando 73 empresas, incluindo a companhia petrolífera nacional e a companhia aérea. De acordo com o Programa Nacional de Privatizações (PROPRIV), desde 2019 um total de 121 activos (de um total de 170) foram privatizados, representando mais de 760 milhões de dólares em receitas para o Estado. Entre os activos mais valiosos vendidos até agora estão participações e empresas do sector financeiro, como o Banco de Fomento de Angola (BFA), unidades industriais e empreendimentos hoteleiros.¹

Figura ES.1

O acesso ao financiamento, bem como os impostos, a electricidade e o acesso à terra são os principais obstáculos ao negócio

Percentagem de empresas que identificam cada factor como a principal restrição aos negócios



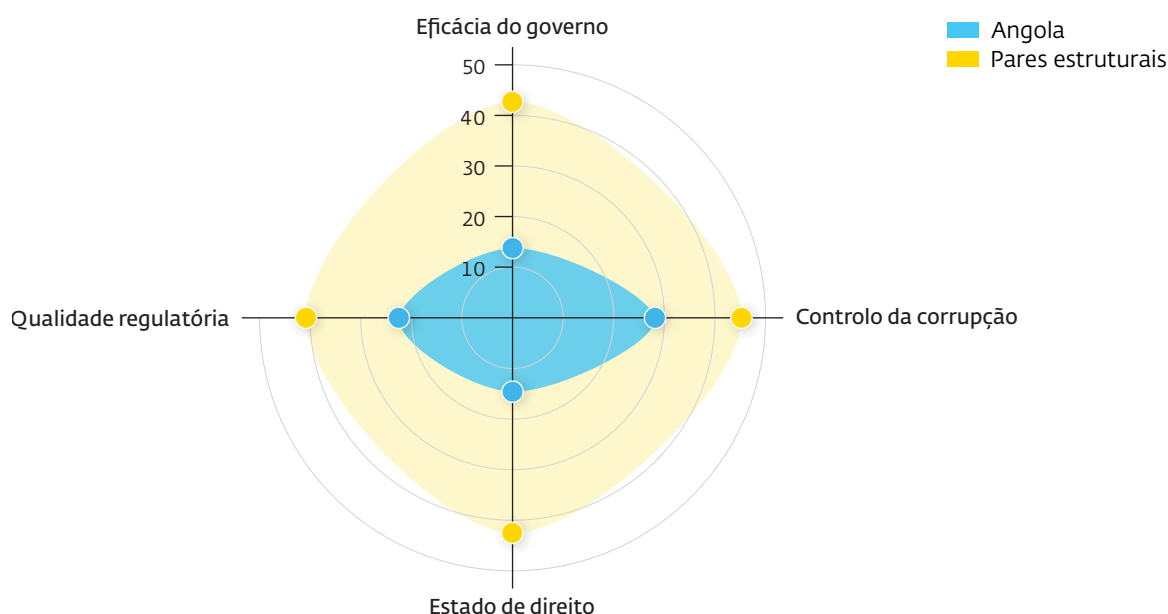
Fonte: Inquéritos às Empresas do Banco Mundial.

Angola apresenta uma classificação baixa em várias dimensões da governação que são importantes para os investidores privados, como a qualidade regulatória e a corrupção (Figura ES.2). A eficácia do governo em Angola situa-se significativamente abaixo da dos seus pares estruturais (14,6 percentil para Angola, em comparação com 43,0 para os seus pares estruturais em 2023), reflectindo a fraca qualidade dos serviços públicos e da implementação de políticas. As pontuações relativas à qualidade regulatória e ao Estado de direito também são comparativamente baixas, enquanto as percepções de corrupção são elevadas, colocando Angola no quartil inferior a nível global. Estas fragilidades prejudicam a eficiência do mercado e o investimento do sector privado. No entanto, desbloquear o potencial económico do país exige um papel mais forte do investimento privado, o que requerá um conjunto diversificado de reformas destinadas a melhorar a eficácia do governo e a reforçar o Estado de direito.

Figura ES.2

Angola fica atrás dos seus pares em aspectos-chave da governação relevantes para os investidores privados

Indicadores Mundiais de Governação, Angola vs. Pares Estruturais, 2023, classificação percentual



Fonte: Kaufmann e Kraay (2023).

Nota: Para cada dimensão da governação, o comprimento do eixo reflecte a classificação percentual de um país em relação a todos os outros países do mundo. As pontuações variam de 0 (desempenho mais baixo) a 100 (desempenho mais alto). Neste gráfico radial, valores negativos maiores nos eixos esquerdo e inferior correspondem a classificações percentuais mais altas e desempenho de governação mais forte. Os pares estruturais incluem Botsuana, Gana, Quênia, Nigéria, Ruanda, Tanzânia e Zâmbia.

Este DSPP adota a perspectiva de um investidor para identificar alguns sectores onde o investimento privado pode ser impulsionado caso sejam tomadas medidas de política concretas para remover os impedimentos. A selecção dos sectores seguiu um processo rigoroso e sistemático que inclui a análise de indicadores quantitativos e qualitativos (sujeitos à disponibilidade) e consultas às partes interessadas, incluindo entrevistas com investidores privados, empresas, especialistas técnicos, decisores políticos e parceiros de desenvolvimento. O critério para a selecção dos sectores foi a sua capacidade de atrair investimentos privados significativos a médio prazo, caso constrangimentos bem identificados possam ser viavelmente resolvidos pelo sector público no curto prazo. Reconhecendo que existe um elemento de julgamento envolvido, a selecção não pretende ser exaustiva; antes, visa facilitar uma análise focada e recomendações específicas.

Este DSPP identifica três sectores da economia em que determinadas medidas de política podem gerar oportunidades comercialmente viáveis para investidores privados: rações para aves, produtos químicos (olefinas e fertilizantes) e transmissão independente de energia (IPT). Com melhorias no ambiente habilitador, cada um desses sectores tem potencial para contribuir para o crescimento, a criação de empregos e o desenvolvimento. As rações para aves foram seleccionadas com base na competitividade de Angola em termos de custos na produção de soja, na crescente procura interna e regional de proteína animal e na contribuição positiva do sector para a criação de emprego, a segurança alimentar e a diversificação económica. As olefinas e os fertilizantes apresentam um potencial de investimento significativo ainda por explorar, uma vez que podem fornecer matérias-primas essenciais para a criação de cadeias de valor diversificadas, especialmente em produtos petrolíferos de maior valor acrescentado. A IPT pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da rede de transmissão de electricidade de Angola, reduzindo as necessidades de capital do Estado e permitindo exportações regionais.

Rações para Aves

Angola possui os recursos necessários para produzir de forma competitiva os principais ingredientes para a indústria de rações para aves, nomeadamente soja e milho. A produção destas culturas cresceu consideravelmente em Angola na última década, com os volumes totais de produção de soja a expandirem-se, em média, quase 14% por ano e os de milho em 7,4%. A produção de soja, em particular, beneficia de vantagens de custo devido às menores necessidades de fertilizantes em comparação com o milho. No entanto, os rendimentos da soja ainda estão abaixo dos seus pares regionais, enquanto os rendimentos do milho permaneceram estagnados. Os baixos rendimentos do milho e da soja limitam a competitividade das indústrias nacionais de rações e avicultura, nas quais as

rações representam entre 60% e 75% dos custos totais de produção. Daí a necessidade de aumentar os rendimentos de ambas as culturas para melhorar a competitividade de custos da cadeia de valor das rações para aves.

A produção de cereais e de rações enfrenta desafios estruturais que limitam a produtividade e o investimento. Os pequenos agricultores de Angola apresentam baixos rendimentos devido ao acesso limitado a sementes melhoradas, insumos, apoio técnico, financiamento e ferramentas digitais, enquanto as restrições às sementes geneticamente modificadas e a fragilidade dos mercados de sementes desencorajam o investimento privado. Questões relacionadas com a terra, direitos de superfície pouco claros e insegurança da posse da terra dificultam a agricultura em grande escala, e a ausência de quadros jurídicos para esquemas de produtores contratados e de normas para cereais complica a agregação de fornecedores e as operações das fábricas de rações. Estas restrições, em conjunto, reduzem a produtividade, limitam o abastecimento de cereais e prejudicam a competitividade dos sectores nacionais de rações e avicultura.

O Governo angolano está a promover activamente investimentos para impulsionar a produção de cereais e de proteína animal. O PLANAGRÃO (Plano Nacional de Cereais) visa dinamizar a produção nacional de cereais essenciais, enquanto o PLANAPecuária (Plano Nacional de Promoção e Desenvolvimento da Pecuária) pretende alcançar a autossuficiência alimentar, impulsionando a produção nacional de carne, leite, ovos e aves. Estes esforços visam aumentar os rendimentos dos agricultores, expandir a contribuição do sector para o PIB, reduzir a dependência das importações através do reforço da cadeia de valor da produção de carne e aumentar a capacidade de Angola para satisfazer as necessidades de consumo interno, criando simultaneamente potencial de exportação — como parte do Plano Nacional de Desenvolvimento 2023–2027, que procura diversificar a economia para além do petróleo.

Ao adoptar reformas específicas para o sector, Angola pode aumentar significativamente a produção nacional de rações e de aves a médio prazo, possibilitando mais de US\$ 600 milhões em oportunidades de investimento e gerando cerca de 20.000 empregos. As reformas prioritárias incluem a simplificação do acesso à terra para a agricultura comercial, o aumento da produtividade através de sementes melhoradas e o reforço do quadro jurídico para esquemas de produtores contratados.

Figura ES.3

O Potencial Inexplorado de Angola: Impulsionando um Setor Avícola Competitivo

Elevado custo da dependência



As importações predominam e drenam divisas
84% dos produtos avícolas são importados, drenando US\$ 400–500 milhões em divisas por ano.



Custos da ração reduzem a competitividade
A ração representa 60–75% do custo de produção; preços elevados e oferta instável são o principal obstáculo.

Zâmbia

2.300
kg/ha

Baixa produtividade dos cereais eleva os custos da ração

Angola

1.150
kg/ha

Angola produz 1.150 kg/ha, contra 2.300 kg/ha na Zâmbia, elevando os custos da ração.

Principais barreiras ao investimento

CADEIA DE VALOR AVÍCOLA

Condicionantes

Oportunidades

Produção nacional de cereais



Baixa produtividade agrícola

Políticas restritivas sobre sementes melhoradas e acesso limitado a insumos modernos



Acesso precário à terra

Processos opacos e açambarcamento especulativo desencorajam investimentos em grande escala



Mercados de cereais fragmentados e informais

Normas e proteções jurídicas frágeis impedem um abastecimento fiável

Processamento e produção de ração

Produção avícola

Reformas prioritárias



Modernizar a regulamentação de sementes

Estabelecer leis de proteção das variedades vegetais e um quadro aseado de biossegurança baseado no risco.



Aplicar políticas de uso da terra

Aplicar cláusulas de «usar ou perder» e criar zonas agroindustriais pré-selecionadas.



Formalizar o mercado de cereais

Adotar normas oficiais de qualidade e um quadro jurídico para contratos com produtores integrados.

Impacto potencial

50%

Um aumento de 50% na produtividade dos cereais poderia reduzir o preço da ração em até 20%.

US\$ 600 milhões

Reformas direcionadas poderiam atrair mais de US\$ 600 milhões em investimento privado nos cereais, na produção de ração e na avicultura.

20.000 empregos

O investimento poderia criar 20.000 empregos nos setores rural e industrial.

Olefinas e Fertilizantes

Angola é o segundo maior exportador de hidrocarbonetos da África Subariana. O Plano Director de Gás Natural 2025 do Governo enfatiza o desenvolvimento de uma indústria petroquímica nacional para reforçar a cadeia de valor, diversificar a economia e criar empregos. A Lei do Gás Não Associado de 2018 clarificou as concessões de gás e as regras de comercialização, incentivando a participação do sector privado. Estas iniciativas criam potencial para maior agregação de valor no país, crescimento industrial e criação de empregos.

A procura global por produtos químicos de alto valor deverá crescer mais do que o dobro da procura por produtos refinados, levando as empresas petrolíferas a integrarem-se ao longo da cadeia de valor petroquímica. Componentes básicos como aromáticos, olefinas (etileno, propileno, butadieno) e metanol sustentam mais de 90% dos compostos químicos orgânicos e são transformados em derivados utilizados em indústrias como a têxtil, de electrodomésticos, de mobiliário e automóvel.

A procura por olefinas está a aumentar, especialmente na África Subariana e na Ásia, impulsionada pelo crescimento populacional, pela industrialização e pelo maior uso de materiais leves. Fertilizantes à base de amoníaco, como a ureia, que dependem do gás natural e do hidrogénio provenientes da produção de olefinas, são vitais para a agricultura. O desenvolvimento da produção nacional de fertilizantes em Angola poderia reduzir os custos, melhorar o acesso dos agricultores e reforçar a segurança alimentar. O país também tem um forte potencial para produzir olefinas e amoníaco utilizando líquidos de gás natural provenientes do processamento de GNL e matérias-primas provenientes de futuros projectos de refinarias em Luanda e no Lobito, permitindo o crescimento integrado da indústria petroquímica. Angola poderia tornar-se competitiva como fonte de muitos produtos químicos essenciais para os países da região da África Austral.

No entanto, a indústria petroquímica nascente carece de um quadro jurídico específico, enfrenta custos de capital elevados, longos períodos de retorno e requisitos de entrada onerosos que dissuadem o investimento. O acesso limitado a gás doméstico a preços competitivos, a fraca infra-estrutura industrial, o planeamento fragmentado e a ausência de um organismo de coordenação de políticas dificultam ainda mais o desenvolvimento. A competitividade futura dependerá da adopção de tecnologias sustentáveis, do cumprimento de normas emergentes para evitar futuras barreiras comerciais e da superação das restrições de financiamento nos principais mercados de exportação e financiamento.

Reformas direccionadas neste sector poderiam viabilizar US\$ 3,6 mil milhões em investimento privado, criar cerca de 42.600 empregos até 2036 e posicionar o país

Figura ES.4

Angola: Desbloqueando um Futuro de Crescimento impulsionado pelo Gás

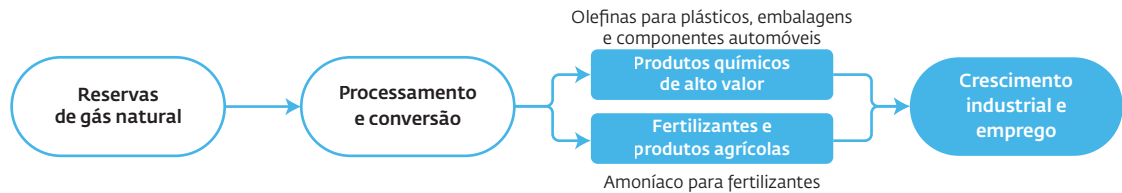
Oportunidade perdida



100%

Angola é um dos principais exportadores africanos de hidrocarbonetos, mas importa **100%** dos seus produtos petroquímicos, perdendo a oportunidade de valorizar o gás natural nacional.

Rota de valorização do gás



Potencial inexplorado

5,8 bilhões de pés cúbicos

Angola possui **5,8 bilhões de pés cúbicos** de reservas comprovadas de gás natural.

Estas reservas continuam amplamente subutilizadas para criar valor no país.

A indústria petroquímica nacional ainda não está desenvolvida.

Principais barreiras ao investimento



Ausência de quadro jurídico específico

A inexistência de uma lei setorial clara limita a segurança dos investidores.



Acesso instável ao gás

Os investidores não dispõem de acesso fiável a gás a preços competitivos.



Infraestruturas insuficientes

O setor carece de infraestruturas industriais específicas.

Reformas prioritárias



Aprovar uma lei sobre a petroquímica

Estabelecer um quadro jurídico claro e dar segurança aos investidores.



Criar uma zona de transformação de gás em produtos químicos

Criar infraestruturas industriais especializadas e dedicadas.



Garantir o abastecimento interno de gás

Assegurar acesso fiável à matéria-prima, com preços transparentes.

Impacto potencial

US\$ 3,6 mil milhões

Investimento estimado que poderá ser atraído com reformas bem-sucedidas.

42.600

Aproximadamente **42.600 empregos** até 2036.

como um importante polo industrial da África Subariana. Angola pode desbloquear o seu potencial nos sectores petroquímico e de fertilizantes adoptando quadros jurídicos claros, garantindo fornecimento fiável de matérias-primas, desenvolvendo infra-estruturas de classe mundial e simplificando a regulamentação.

Transmissão Independente de Energia (IPT)²

Angola enfrenta dificuldades em aproveitar plenamente a sua capacidade de geração de energia para satisfazer a procura industrial e regional. Apesar do rápido crescimento, a limitada infra-estrutura de transmissão e a falta de interligação com a **Southern African Power Pool** deixam grande parte dessa capacidade subutilizada. Quase toda a electricidade provém de centrais públicas geridas pela empresa pública de electricidade, **PRODEL**. O acesso à electricidade é desigual, com as áreas urbanas melhor servidas do que as regiões rurais, e as interligações limitadas com o sul de Angola impedem o aproveitamento do potencial solar dessa região, resultando em custos mais elevados e numa redução da qualidade do fornecimento.

Angola tem oportunidades para ligar a produção de energia à procura industrial, tanto a nível nacional como internacional. Em 2023, a rede nacional de transmissão estatal recebeu mais de **41 manifestações de interesse** de clientes industriais de alta tensão dispostos a pagar acima dos preços regulados. Os projectos **IPT** podem ligar estes clientes a centrais eléctricas remotas, permitindo aos operadores negociar directamente os preços da electricidade, pagando taxas de ligação e tarifas reguladas à **PRODEL** e ao **Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e Água (IRSEA)**. Os IPT podem também gerar divisas, apoiar a integração de Angola na **Southern African Power Pool (SAPP)** e atrair capital privado.

O sector eléctrico de Angola oferece oportunidades significativas para o investimento privado, mas enfrenta barreiras legais, regulatórias e financeiras. A revisão da **Lei Geral da Electricidade**, em Julho de 2025, clarificou a participação do sector privado e removeu a obrigação de comprador único da **Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT)**; contudo, é necessária legislação secundária para definir as operações do mercado, as tarifas, os contratos de compra de energia e as protecções aos investidores. A regulamentação tarifária não cobre pagamentos de geradores como a **PRODEL** a operadores **IPT**, limitando as receitas e as oportunidades de investimento. A ausência de um plano director actualizado do sector eléctrico, baseado no princípio de menor custo e com base geoespacial, as disposições frágeis nos contratos de compra de energia e a inexistência de requisitos uniformes para investimento estrangeiro e quotas de emprego criam incerteza adicional. Os investidores nacionais também carecem de

Figura ES.5

O Paradoxo Energético de Angola: Desbloquear Investimentos em Transmissão Eléctrica

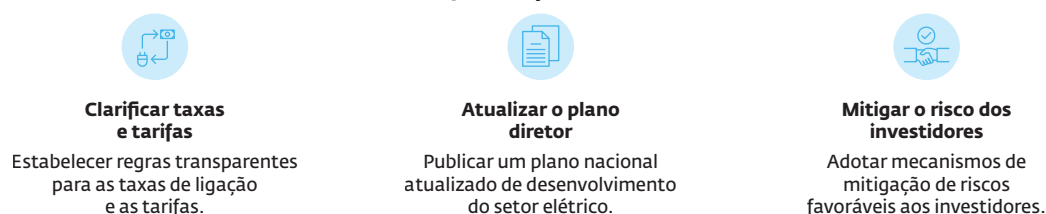
Paradoxo energético



Principais barreiras ao investimento



Reformas prioritárias



Impacto potencial



financiamento de longo prazo em moeda local, o que aumenta a dependência de empréstimos em dólares norte-americanos e, consequentemente, o risco cambial. Colmatar estas lacunas é fundamental para atrair financiamento privado, gerir a crescente procura de electricidade e apoiar o desenvolvimento eficiente do sector.

Reformas direccionadas no sector IPT poderiam desbloquear investimentos destinados à construção de até 12.000 km de novas linhas de transmissão e, ao longo dos próximos 10 anos, gerar cerca de US\$ 9,2 mil milhões em investimentos e 89.000 empregos directos. Estas estimativas incluem investimento privado em **52 projectos IPT** identificados pela **RNT** em Angola e em países vizinhos, fornecendo até **8,1 GW**.

Tabela ES.1

Resumo das Recomendações

Restrição	Acções recomendadas
Ração para Aves	
1. Baixa produtividade dos sub-setores do milho e da soja A baixa produtividade, especialmente no subsetor do milho, prejudica significativamente a disponibilidade e a competitividade dos cereais produzidos localmente em Angola.	1A. Introduzir um programa específico de vouchers electrónicos para insumos climaticamente inteligentes, que abranja sementes de milho resistentes à seca/de maturação precoce e fertilizantes complementares, distribuídos por meio de revendedores agrícolas privados credenciados que também fornecem consultoria agronómica básica. A coparticipação dos agricultores deve diminuir ao longo do tempo (por exemplo, após três temporadas) para criar um caminho de graduação rumo à compra sem subsídios. 1B. Complementar com reformas regulatórias que permitam o financiamento de insumos por meio de sistemas de recibos de armazém e ferramentas de mitigação de risco, como seguro de colheitas. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério da Agricultura e Florestas, Ministério das Finanças, Ministério da Indústria e Comércio, Serviço Nacional de Sementes, Instituto de Desenvolvimento Agrícola.
2. Políticas restritivas sobre GMO A proibição da importação de sementes geneticamente modificadas (OGM) dificulta o acesso a variedades de sementes de alto rendimento.	2A. Introduzir gradualmente a importação e utilização regulamentadas de sementes GM, sob a supervisão do comité de OGM. 2B. Elaborar e adoptar uma Lei-Quadro de Biossegurança alinhada com o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e as boas práticas da SADC/COMESA. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Comité de GMO/ Serviço Nacional de Sementes, Ministério da Agricultura e Florestas, Instituto Nacional de Cereais (INAC), Ministério do Ambiente, Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA).
3. Ausência de um quadro jurídico para a proteção das variedades vegetais em Angola A propriedade intelectual (PI) não está protegida, o que desincentiva a entrada de tecnologia de sementes de classe mundial, impede melhorias na produtividade agrícola e mantém a indústria de rações animais dependente de sementes de menor qualidade e menos produtivas.	3. Priorizar o desenvolvimento e a promulgação de uma lei nacional de Proteção de Variedades Vegetais (PVP), em conformidade com o Acto de 1991 da União Internacional para a Proteção das Novas Variedades Vegetais (UPOV). Isso permite que a genética regional comprovada entre no mercado angolano mais rapidamente.* <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério da Agricultura e Florestas, Ministério da Justiça e dos Direitos

(A tabela continua na página seguinte)

Tabela ES.1

Resumo das Recomendações (*continuação*)

Restrição	Acções recomendadas
	<i>Humanos, Instituto Angolano da Propriedade Industrial, Serviço Nacional de Sementes, Instituto de Investigação Agrícola.</i>
4. Ausência de sanções pelo não uso de terras produtivas Áreas com elevado potencial agrícola que são parcialmente servidas por infraestruturas (tais como estradas de acesso, electricidade e revendedores agrícolas) estão subutilizadas e sujeitas a intensa especulação comercial.	4. Actualizar o registo de licenças de atribuição de terras em zonas agrícolas de elevado potencial e aplicar disposições do tipo «use ou perca». <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério da Agricultura e Florestas, Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), Ministério da Administração e Território.
5. Lentidão e rigidez do processo de obtenção de direitos de superfície O processo de atribuição de direitos fundiários para a agricultura comercial é lento, rígido e opaco. Os investidores enfrentam custos de entrada elevados, longos atrasos e prémios de risco elevados.	5A. Criar um registo de zonas que identifique áreas estratégicas de investimento agro-industrial com disponibilidade de terras pré-seleccionadas. 5B. Harmonizar a Lei de Terras e a Lei das Autarquias Locais com o Decreto Presidencial 84/25, que estabelece o balcão único para a concessão de direitos fundiários. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), Ministério da Agricultura e Florestas, Ministério da Administração e Território.
6. Falta de instrumentos jurídicos específicos que regulem os regimes de cultivo por contrato A expansão dos regimes de agricultura por contrato em Angola continua limitada devido à falta de clareza jurídica e de mecanismos de resolução de litígios.	6. Introduzir um modelo de contrato padronizado e legalmente reconhecido para agricultores e compradores, apoiado por procedimentos simples de registo e aplicação para ampliar os esquemas de cultivo por contrato. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério da Agricultura e Florestas, Ministério da Justiça e Direitos Humanos, Ministério da Indústria e Comércio, Instituto de Desenvolvimento Agrícola.
7. Falta de normas de qualidade para os cereais A ausência de normas formais para os cereais em Angola cria uma qualidade inconsistente, uma fraca aplicabilidade dos contratos e litígios dispendiosos no mercado interno de cereais e rações.	7. Adoptar normas para cereais harmonizadas com as da SADC. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério da Agricultura e Florestas, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério da Saúde, Instituto Angolano de Normalização e Qualidade.

(A tabela continua na página seguinte)

Tabela ES.1

Resumo das Recomendações (continuação)

Restrição	Acções recomendadas
8. Ausência de normas obrigatórias de qualidade e requisitos de rotulagem para rações Esta ausência prejudica o desenvolvimento do mercado e desincentiva o investimento na produção de rações, permitindo que produtos de baixa qualidade prejudiquem os produtores que cumprem as normas, comprimindo as margens das fábricas que investem no controlo de qualidade e expondo os avicultores a um desempenho inconsistente das rações.	8. Adoptar normas obrigatórias de qualidade dos alimentos compostos, incluindo especificações mínimas de teor de nutrientes, limites de micotoxinas e requisitos de rotulagem para todos os alimentos para animais vendidos comercialmente, aplicadas através de amostragens e testes periódicos pelo INIQ. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério da Agricultura e Florestas, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Infraestruturas de Qualidade (INIQ).
Petroquímicos (Olefinas e Fertilizantes)	
1. Barreiras Regulatórias e Financeiras ao Investimento Privado Garantias iniciais elevadas, contratos rígidos e licenciamento fragmentado dissuadem os investidores.	1A. Promulgar um quadro jurídico e regulamentar para os petroquímicos que consolide as disposições em matéria de licenciamento, terrenos, ambiente e fiscalidade. 1B. Eliminar a garantia de 50% do custo do projecto; substituir por marcos baseados no desempenho. 1C. Introduzir contratos flexíveis de fornecimento de gás com períodos de aumento gradual e cláusulas de ajuste de preços. 1D. Implementar concursos transparentes e competitivos para projectos petroquímicos. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério de Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG), Agência de Promoção do Investimento Privado e das Exportações (AIPEX).
2. Fornecimento Doméstico limitado e pouco fiável de matérias-primas A falta de visibilidade do abastecimento de matéria-prima a longo prazo reduz a confiança dos investidores.	2A. Impor a eliminação da queima rotineira e canalizar o gás para um sistema nacional de agregação, priorizando o uso doméstico. 2B. Renegociar o quadro ALNG para atribuir volumes domésticos fixos a preços transparentes. 2C. Estabelecer preços de gás industrial baseados em fórmulas indexadas a referências regionais. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) e Sonangol.

(A tabela continua na página seguinte)

Tabela ES.1

Resumo das Recomendações (*continuação*)

Restrição	Acções recomendadas
3. Infraestrutura e Zonas Industriais Inadequados A ausência de zonas industriais pré- equipadas com conectividade de gás aumenta os custos.	3A. Designar Soyo (ou similar) como Zona Industrial de Gás para Produtos Químicos. 3B. Conceder o estatuto de Zona Industrial Especial com direitos de propriedade estrangeira, licenciamento simplificado e incentivos fiscais. 3C. Desenvolver serviços públicos partilhados (tratamento de água, cogeração) para reduzir o CAPEX. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério de Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG), Ministério da Indústria e Comércio, Agência de Promoção do Investimento Privado e das Exportações (AIPEX).
4. Falta de Coordenação Institucional entre os Sectores da Energia, Indústria e Agricultura A coordenação institucional fragmentada leva a incentivos desalinhados.	4. Criar um Grupo de Trabalho Interministerial para o Gás e os Produtos Químicos para coordenar a alocação de matérias-primas, o planeamento de infraestruturas e a promoção do investimento. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério das Finanças, Ministério do Ambiente, Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG), Sonangol e Agência para a Promoção do Investimento Privado e das Exportações (AIPEX).
5. Alinhamento Ambiental e Climático limitado A falta de normas ecológicas pode criar barreiras comerciais e restrições financeiras no futuro.	5A. Introduzir incentivos ligados à sustentabilidade para fábricas que adoptem a captura de carbono ou o hidrogénio verde. 5B. Alinhar as licenças ambientais com as normas e princípios internacionais. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Ambiente, Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG).

(A tabela continua na página seguinte)

Tabela ES.1

Resumo das Recomendações (continuação)

Restrição	Acções recomendadas
Transmissão Independente de Energia	
1. Regulamentação Tarifária Inadequada As regulamentações tarifárias de electricidade não abrangem os preços que o gerador de energia (PRODEL) pode cobrar ao operador IPT para se conectar ao gerador e comprar energia do gerador.	1A. Estabelecer uma taxa de ligação e um preço de compra de energia por kWh para IPTs pela PRODEL. 1B. Permitir que os investidores privados em IPTs negociem o preço de entrega de energia com os clientes industriais finais, tanto em Angola como nos países vizinhos (sujeito às jurisdições dos países vizinhos). <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério da Água e Energia, PRODEL, IRSEA.
2. Plano Director do Sector Energético Desactualizado Angola carece de um plano director geoespacial actualizado e de menor custo para o sector energético, adaptado à alteração da Lei Geral da Energia, o que aumenta as incertezas dos potenciais investidores privados.	2. No actual plano a longo prazo para o sector energético, Angola precisa actualizar o seguinte: i) projeções de procura, ii) avaliação do potencial técnico e económico de todas as fontes de energia e iii) priorização de projectos (com base nos objectivos de desenvolvimento nacional); ao mesmo tempo que torna o plano disponível ao público. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério da Água e Energia, Ministério das Finanças.
3. Mecanismos de resolução de litígios pouco claros nos acordos directos entre entidades PPA A ausência de um acordo directo entre as entidades nos PPA (o operador ou cliente do IPT, o produtor de energia e os credores) limita a capacidade de mitigar os riscos para os investidores privados.	3. Adoptar e publicar legislação sobre mecanismos de resolução de litígios entre a PRODEL e os investidores IPT. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério da Energia e Águas, PRODEL, Ministério das Finanças, Ministério da Justiça.
4. Quotas obrigatórias de emprego para a força de trabalho nacional As quotas obrigatórias de emprego para a mão de obra nacional em projectos de investimento estrangeiro não foram modificadas para incluir disposições específicas adequadas ao sector energético.	4. Ajustar o artigo 46.º da Lei do Investimento sobre quotas obrigatórias de emprego em projectos do sector privado estrangeiro para permitir flexibilidade para o sector energético. <i>Entidades governamentais responsáveis:</i> Ministério do Trabalho.

*Desde a conclusão do diagnóstico, o Governo de Angola promulgou o Decreto Presidencial n.º 151/26 (20 de Agosto de 2026), que estabelece um quadro nacional de Protecção das Obtenções Vegetais (POV), administrado pelo Serviço Nacional de Sementes (SENSE), alinhado com o Protocolo de POV da SADC e em conformidade com as normas da UPOV de 1991.

Notas

1. Fonte: Ministério das Finanças de Angola - <https://www.minfin.gov.ao/sala-de-imprensa/noticias/noticia/estado-ja-arrecadou-700-mil-milhoes-de-kwanzas-do-programa-de-privatizacoes>.
2. Os IPTs são empreendimentos do sector privado que envolvem a concepção, construção e financiamento de uma única linha de transmissão ou de

um conjunto de linhas de transmissão e infraestruturas associadas, tais como subestações. Os IPTs são implementados ao abrigo de um contrato de longo prazo, geralmente entre a empresa estatal de produção de energia e uma empresa de projectos que opera e vende serviços de transmissão a um cliente privado.

© International Finance Corporation 2026. Todos os direitos reservados.
2121 Pennsylvania Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20433
Internet: www.ifc.org

O material contido nesta publicação está protegido por direitos autorais. A reprodução e/ou transmissão de partes ou da totalidade desta obra sem autorização pode constituir uma violação da legislação aplicável. A IFC não garante a exatidão, a fiabilidade ou a integralidade do conteúdo incluído nesta obra, nem das conclusões ou apreciações aqui descritas, e não assume qualquer responsabilidade por quaisquer omissões ou erros (incluindo, sem limitação, erros tipográficos e técnicos) no conteúdo, nem por qualquer confiança nele depositada.

Créditos fotográficos: *Capa:* Adobe Stock/Oksana.

Design interior: Patrick Ibay, <https://www.designed-for-humans.com/>.





WORLD BANK GROUP

THE WORLD BANK
IBRD • IDA

IFC

International
Finance Corporation

MIGA

Multilateral Investment
Guarantee Agency

DIGITALIZE PARA
DESCARREGAR

